

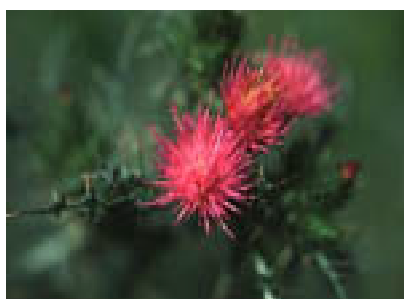
TURISMO DE NATUREZA

ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

PARQUE NATURAL DO DOURO INTERNACIONAL



2000 - 2006



ICN 

INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Nota introdutória

O presente Enquadramento Estratégico visa enquadrar as principais potencialidades para o desenvolvimento do turismo de natureza nesta Área Protegida (AP) em cumprimento do artº 5º da Portaria Nº 1214-B/2000 de 27 de Dezembro (SIVETUR), tendo sido aprovado pela Comissão Paritária no dia 26 de Julho de 2001.

Salienta-se que todos os projectos que incluam actividades e instalações turísticas nesta AP devem ser sujeitos ao cumprimento da legislação em vigor e particularmente do disposto nos diplomas que estabelecem e regulamentam o Turismo de Natureza – Decreto Lei Nº 47/99 de 16 de Fevereiro, Decreto Regulamentar Nº 2/99 de 17 de Fevereiro e Decreto Regulamentar Nº 18/99 de 27 de Agosto.

O Parque Natural do Douro Internacional é verdadeiramente a Catedral onde o homem se encontra com a natureza na sua plenitude e harmonia, contemplando o equilíbrio entre a rusticidade da paisagem e a beleza de formas indiscretíveis.

O rio Douro corre soberbo por entre desfiladeiros magníficos e austeros e o céu espelha-se esplendoroso naquele espelho de águas calmas e mensageiras do diálogo ancestral entre o homem e a natureza.

O silêncio fala-nos doutros tempos e doutras culturas e só o voo picado e os gritos das aves de rapina nos dizem que a vida existe e é preservada, para que os vindouros possam contemplar espécies raras que ainda habitam em ecossistemas ideais.

Por entre fraguedos hercúleos uma vegetação virgem desafia as leis do equilíbrio e da sobrevivência e os verdes, os castanhos e os vermelhos, de infíndos arbustos e plantas enfeitam a paisagem testemunho da boa vizinhança entre portugueses e espanhóis.

Sem dúvida, que este Parque Natural é verdadeiramente uma escola de vida onde a natureza é preservada e as espécies vivas mantidas no seu ambiente natural sem poluição sonora, sem grandes intervenções humanas, numa conjugação perfeita entre os interesses das populações e a preservação de memórias e formas de vida genuínas.

Quando, por todo o mundo se assiste a desastres ecológicos, a atentados contra a vida e o meio ambiente, o Parque Natural do Douro Internacional continua a ser verdadeiramente um reduto de paz, de beleza, onde a vida selvagem, a pureza ambiental, o rio, as arribas a perder de vista, serão o garante dum desenvolvimento sustentado para as terras de Mogadouro , Miranda, Freixo de Espada à Cinta e Figueira de Castelo Rodrigo.

A vida das sociedade contemporâneas, em que o homem se gasta numa corrida infínda contra o tempo e as solicitações profissionais, cada vez mais justifica preservar estes espaços únicos que nos devolvem a natureza com os seus contornos originais e nos oferecem o descanso de tempos primitivos como quem regressa a casa depois duma longa caminhada.

I – CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE NATURAL DO DOURO INTERNACIONAL

1. Caracterização geográfica e biofísica

1.1 . localização

O Parque Natural do Douro Internacional (PNDI) foi criado através do Decreto Regulamentar 8/98 de 11 de Maio com o objectivo de conservar o património natural promovendo ao mesmo tempo a melhoria da qualidade de vida das populações locais em harmonia com a conservação da natureza.

O PNDI, ocupa uma área de 85150 ha e abrange o troço fronteiro do Rio Douro (numa extensão de cerca de 122 km), incluindo o seu vale e superfícies planálticas confinantes, e prolonga-se para sul através do vale do Rio Águeda. Está localizado nas regiões de Trás-os-Montes e Alto-Douro e da Beira Alta, abrangendo os concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro e Freixo de Espada à Cinta, no distrito de Bragança, e Figueira de Castelo Rodrigo no distrito da Guarda.

O troço internacional do rio Douro faz a transição, através de um acentuado declive longitudinal (com um desnível de cerca de 400 metros), entre a sua bacia média, nos vastos horizontes da meseta Ibérica, e a bacia inferior, já em território nacional. A parte norte do PNDI corresponde à zona de menor influência atlântica de Trás-os-Montes, sendo constituída por um extenso planalto, com altitudes cujas cotas variam entre os 700 e 800 metros. O vale é bastante encaixado com encostas escarpadas essencialmente graníticas. À medida que se avança para Sul o vale apresenta-se mais aberto, com fundos de vales aplanados, permanecendo as vertentes escarpadas tal como as pequenas áreas planálticas e os relevos residuais encimados por quartzitos.

1.2 . Caracterização biofísica

Relevo

O Parque Natural do Douro Internacional é constituído por duas zonas planálticas, uma a norte com altitudes rondando os 700-800 metros e outra a sul com altitudes rondando os 600-700 metros. Nestas duas zonas essencialmente graníticas, quer o rio Douro quer o rio Águeda escavaram vales muito profundos, encaixados, com encostas escarpadas que por vezes ultrapassam os 200 metros de altura, formando dois desfiladeiros monumentais de grande beleza e espectacularidade.

A zona intermédia do Parque é constituída por pequenas zonas planálticas intercaladas por vales de ribeiras que correm para o rio Douro e por relevos residuais encimados por quartzitos. Nesta zona essencialmente xistosa, o vale do rio Douro apresenta-se mais aberto.

A maior altitude do Parque é de 895 metros na Nossa Senhora da Luz, na fronteira norte com Espanha, e a mínima é de 125 metros, quando o Douro sai do Parque Natural.

Clima e Vegetação

O clima da região pode definir-se como mediterrâneo-subcontinental, de acentuadas amplitudes térmicas, com invernos frios mas estios muito quentes e secos. A parte Norte do PNDI corresponde à zona de menor influência atlântica de Trás-os-Montes, inserindo-se já na Terra Fria Transmontana. A parte sul, onde o vale já se assemelha ao "Douro vinhateiro", caracteriza-se pelo seu microclima, com escassa precipitação e amenas temperaturas invernais, fazendo parte da designada Terra Quente Transmontana.

A diversidade e variabilidade das condições ecológicas do território integrado no PNDI, possibilitou o desenvolvimento e estabilização de um coberto vegetal extremamente rico e diversificado.

A existência dos planaltos de Miranda do Douro e de Figueira de Castelo Rodrigo a altitudes de 700 a 800 metros, frios e ventosos, contrasta com os vales apertadamente escavados do rio Douro e seus afluentes, mais térmicos e abrigados. Verifica-se uma grande variação de altitude que desce abruptamente dos 898 metros, no santuário da Senhora da Luz na freguesia de Constantim (Miranda do Douro) para os 130 metros em Barca d'Alva, junto à foz do rio Águeda, o que condiciona uma zonagem marcada e particularmente interessante da flora e vegetação deste território.

Flora

Os estudos realizados até ao momento, nesta área, vieram a concluir que a maior parte dos elementos florísticos, mais importantes, estão localizados no leito de cheias do rio Douro ou na sua proximidade. Muitas destas plantas têm a totalidade ou a grande parte das suas populações portuguesas neste território de que são exemplos: *Antirrhinum lopesianum* (espécie rupícola considerada como um endemismo lusitano-duriense e classificada como uma planta rara (R)), *Aphyllanthes monspeliensis* (uma liliácea típica das terras de Miranda do Douro, também classificada como R), *Coronilla minima* subsp. *minima* (instalada nas margens do rio Douro), *Cosentinia vellea*, *Festuca duriotagana*, *Holcus setiglumis* subsp. *duriensis* (endemismo lusitano-duriense), *Isatis platyloba* (endemismo duriense, só colectável nas arribas do rio Douro, no seu percurso internacional), *Lathyrus setifolius*, *Linaria coutinhoi* (endemismo lusitano-duriense), *Malcolmia triloba* subsp. *patula* (característica de zonas arenosas), *Narcissus jonquilla*, *Nigella gallica*, *Rumex roseus*, *Scrophularia valdesii* (endemismo ainda não colectado em Portugal mas presente nas arribas espanholas do rio Douro), *Silene boryi*, *Silene conica*, *Trigonella polyceratia* var. *amandiana* (endemismo lusitano-duriense), *Valerianella echinata*, *Vicia villosa* subsp. *ambigua* e *Salix purpurea* (com distribuição geográfica, no nosso país, exclusiva do rio Douro e até ao momento só colectado dentro dos limites do PNDI).

A flora do PNDI contém ainda numerosas espécies termófilas em populações disjuntas, como são exemplo: a *Cosentinia vellea*, o *Asparagus aphyllus*, o *Asparagus albus*. Estas plantas beneficiam da termicidade e do baixo risco de geadas da porção mais térmica do PNDI.

Vegetação

Sendo uma área tipicamente mediterrânica, a vegetação aqui presente é o reflexo dessas influências climáticas. Além disso, e pelo facto de existir uma variação altitudinal muito marcada entre os planaltos de Miranda do Douro e Figueira de Castelo Rodrigo e os vales apertados dos rios Douro e Águeda, é possível observar uma diferenciação nítida entre a vegetação localizada nas áreas mais elevadas (zonas a norte da barragem de Aldeiadávila coincidentes com o andar bioclimático supramediterrânico) e a implantada no fundo dos vales (nos andares bioclimáticos meso e termomediterrânico).

É ainda de salientar a presença dos imponentes zimbrais do Douro Internacional. Considerados como vegetação relíquia, constituem comunidades vegetais endémicas, a nível nacional, de grande beleza paisagística e com um papel ecológico fundamental nos ecossistemas locais.

Comunidades vegetais mais representativas :

Os azinhais de *Quercus rotundifolia*

Os bosques de azinheira (*Quercus rotundifolia*) são sem dúvida as formações vegetais com maior representatividade na área, com uma distribuição generalizada em todo o território, embora preferencialmente nas zonas mais abrigadas e de difícil acesso onde a agricultura não se conseguiu instalar ou já foi abandonada.

Os sobreirais de *Quercus suber*

Com menor representatividade que os azinhais, os sobreirais encontram-se, na sua maioria, num estado de degradação progressiva, devido à acção exercida pelos incêndios florestais e outros factores externos ao ecossistema natural. As formações de maior dimensão estão localizadas tanto em áreas termófilas como nas mesófilas.

Os carvalhais de *Quercus pyrenaica*

Estas formações encontram-se preferencialmente dispersas pelo topo das superfícies planálticas (acima dos 650 metros de altitude), subsistindo como bosques isolados ou mais tipicamente (no planalto de Miranda do Douro) como sebe natural de divisão entre as parcelas das culturas cerealíferas.

Os zimbrais de *Juniperus oxycedrus*

Embora muitas vezes diluídos pela supremacia da azinheira, existem, no entanto, alguns povoaamentos praticamente monoespecíficos desta espécie que assumem uma extensão considerável. Estas formações constituem autênticas relíquias paisagísticas e um dos ex-libris florísticos deste território. A sua presença é especialmente notória nas áreas mais termófilas e vales apertados, encontrando-se implantados, preferencialmente, em esporões rochosos das arribas do Douro e seus afluentes.

Bosques higrófilos

Nas margens dos rios e ribeiros deste território dominam comunidades onde pontificam os amieiros (*Alnus glutinosa*), os salgueiros (*Salix salvifolia*), os freixos (*Fraxinus angustifolia*) e também os lódãos (*Celtis australis*). Os lódãos são menos abundantes, estando confinados às linhas de água mais escavadas e sombrias. Um enorme povoamento desta espécie, considerado um dos maiores da Europa em estado natural, está localizado a norte da barragem de Aldeiadávila, nas margens abruptamente escarpadas do rio Douro.

Matos pré-florestais

As comunidades arbustivas que constituem normalmente a primeira etapa de substituição dos bosques climácicos, são: os giestais de flor amarela, constituídos pela giesta das vassouras (*Cytisus scoparius*), a giesta negra (*Cytisus striatus*) e pontualmente, nas áreas de maior altitude, a giesta piorneira (*Genista florida* subsp. *polygaliphylla*). Aparecem ainda as chamadas piorneiras (*Retama sphaerocarpa*) que constituem esporadicamente as orlas arbustivas dos bosques de azinheira.

Comunidades arbustivas mais representativas

A comunidade arbustiva com maior expressão dentro do PNDI é sem dúvida o giestal de *Cytisus multiflorus* (giesta branca). Estas formações constituem muitas vezes a primeira etapa arbustiva a colonizar os terrenos abandonados pela cerealicultura, logo seguidas pelas arçãs (*Lavandula stoechas* subsp. *sampaiana*). Além destes giestais estão ainda representados os estevais de *Cistus ladanifer*, que ocupam os solos mais erosionados e incipientes com uma apetência facilmente observável pelos substratos xistosos em detrimento dos graníticos, mais abundantes. Existem naturalmente, outras espécies arbustivas que não constituem, no entanto, formações tão marcadas como as atrás mencionadas. É o caso das Cistáceas: *Cistus psilosepalus*, *C. salvifolius* e *Halimium viscosum*, as comunidades pontuais de *Echinopartum lusitanicum* e *Genista hystrix* (pior-no), nos planaltos de Miranda e Figueira de Castelo Rodrigo, e os urzais (essencialmente de *Erica umbellata*) com *Halimium ocymoides*, a norte de Miranda do Douro e nos locais de cotas mais elevadas.

Os lameiros

Estas comunidades vegetais localizadas predominantemente nas proximidades dos aglomerados populacionais, ocupam os vales mais húmidos e solos mais profundos, característicos dos andares altitudinais superiores do território. Estas formações tem uma importância fundamental no manejo semi-extensivo do gado ovino e principalmente do bovino, através da sua utilização directa pelo pasto e produção de feno para a alimentação dos animais

Fungos

Apesar de não pertencerem à flora, os fungos são tratados nesta página por uma questão de organização.

A área do PNDI é fértil em fungos tanto em diversidade de espécies como em quantidade de exemplares. Todos os anos, principalmente no Outono, muitas pessoas dedicam-se à recolha de cogumelos. Os mais procurados são as sanchas *Lactarius deliciosus*, os mísscaros *Tricholoma equestre*, os frades *Macrolepiota procera*, os boletos *Boletus* spp., os cantarelos *Cantharellus cibarius* e as trombetas-dos-mortos *Craterellus cornucopioides*. Na Primavera procuram-se principalmente as pantorras *Morchella esculenta*. Além destes cogumelos comestíveis, existem muitos outros não comestíveis, como por exemplo várias espécies do género *Amanita*, entre as quais o conhecido e venenoso *Amanita muscaria*, várias espécies de *Russula*, *Phallus impudicus* e *Lycoperdum echinatum*, entre outros. A lista de cogumelos identificados até agora na área do PNDI resulta dos passeios realizados durante o Encontro Micológico realizado em Novembro de 1999. Nenhum trabalho sistemático foi efectuado até agora.

Fauna

O PNDI, constitui, em termos faunísticos, uma das zonas mais importantes no contexto nacional, e mesmo ibérico. A sua riqueza e diversidade de espécies deriva das condições orográficas, climáticas e de ocupação humana, que apresentam uma marcada variação ao longo da vasta superfi-

cie desta área protegida. Podem considerar-se duas realidades ecológicas fundamentais, e que definem a ocupação faunística deste espaço: os vales declivosos, por vezes escarpados, designados vulgarmente por arribas, e os planaltos, terrenos de relevo suave acima dos 500 m, onde também surgem escassos relevos quartzíticos residuais. Merecem ainda destaque as bolsas de água correspondentes às 6 barragens hidroeléctricas do Douro e à barragem de Santa Maria de Aguiar.

Relativamente à fauna de vertebrados silvestres, no PNDI existem 250 espécies, sendo 35 de mamíferos, 170 de aves, 20 de répteis, 11 de anfíbios e 14 de peixes. A fauna de invertebrados é também abundante mais ainda muito desconhecida.

Mamíferos

A fauna mamológica é diversificada sendo de destacar a presença de algumas espécies de elevado estatuto de conservação. O Lobo é sem dúvida o mamífero mais ameaçado presente na área, ocorrendo tanto na zona norte e centro do Parque como na zona sul. Alimenta-se de javalis, corços e animais domésticos, mas utilizando também as lixeiras e locais de deposição de cadáveres. Refugia-se nas zonas de matagal mais denso próximo dos cursos de água ou nas arribas, áreas onde a escassa presença humana e a inacessibilidade do terreno lhe permitem alguma tranquilidade e protecção. Esta é aliás uma característica comum a outros mamíferos de médio e grande porte existentes no PNDI, como o Gato-bravo, a Gineta, o Corço e o Javali, funcionando as zonas abertas apenas como local de alimentação ou de passagem

Destaca-se ainda no PNDI o grupo dos morcegos, onde algumas das espécies possuem os efectivos mais elevados a nível nacional. Estes animais aproveitam as grutas e cavidades naturais assim como construções humanas, abandonadas ou não, como as antigas galerias mineiras, as barragens e casas que possam proporcionar abrigo e tranquilidade, quer para se reproduzirem, quer para hibernarem.

Aves

Este grupo faunístico é o de maior representatividade nesta área, pela elevada diversidade e pela ocorrência de várias espécies ameaçadas, que guardam aqui uma importante parcela das suas populações nidificantes a nível nacional e ibérico. Estão registadas 170 espécies, das quais 126 são nidificantes podendo considerar-se 4 grupos principais: as aves rupícolas, as aves florestais, as aves estepárias e as aves aquáticas.

As aves rupícolas são as mais emblemáticas do PNDI, concentrando-se aqui uma grande percentagem dos efectivos nacionais de algumas das espécies mais ameaçadas, tais como Cegonha-preta, Abutre do Egipto, Grifo, Águia-real, Águia de Bonelli, Falcão-peregrino, Bufo-real, Andorinhão-real, Gralha-de-bico-vermelho e Chasco-preto. Outras aves também observadas nestas zonas são os Melros-azuis, Gralhas-de-nuca-cinzenta, Corvos, Andorinhas-das-rochas e Pombos-das-rochas.

Das aves florestais observáveis na área do PNDI podemos destacar a presença do Milhafre-real, ave ameaçada que possui um efectivo populacional importante nesta área, o Milhafre-preto, a Felosa de Bonelli e o Mocho de orelhas, cujo canto é facilmente audível nas noites de primavera e verão.

Nos terrenos de cultura cerealífera podemos encontrar aves estepárias tais como o Sisão, o Alcaravão, a Calhandra e a Calhandrinha e os Tartaranhões-caçadores que sobrevoam os campos de

cereal na busca de alimento. No inverno, estes campos são o local de hibernação de várias espécies em particular da Petinha dos campos.

As aves aquáticas ocupam os planos de água existentes no PNDI, podendo encontrar-se nestes biótopos várias espécies de patos, principalmente no Inverno, e o Mergulhão de crista, nidificante habitual na barragem de Stª Maria de Aguiar.

Répteis e Anfíbios

No PNDI ocorre um elevado número de espécies de répteis do total presente em Portugal e na Península Ibérica. O Douro Internacional constitui um enclave microclimático de características mediterrânicas, onde se destaca a herpetofauna de preferências termófilas. São de referir, pela sua abundância na área, diversos colubrídeos como a Cobra-rateira, Cobra-de-escada, Cobra-de-ferradura. Também os lacertídeos estão bem representados no Douro internacional, principalmente o Lagarto-comum ou Sardão, a Lagartixa-do-mato e a Lagartixa-de-dedos-denteados. Nos sectores aquáticos assinalam-se 2 espécies comuns que são a Cobra-de-água-viperina e o Cágado.

Os répteis destacam-se também pelo seu papel nas cadeias tróficas da região, nomeadamente a Cobra-rateira e o Sardão, que por serem muito comuns em zonas de matos, terrenos agrícolas, áreas pedregosas, e por possuírem uma biomassa considerável, são presas importantes de animais carnívoros, em especial da Águia-real e do Milhafre-real

Quanto aos anfíbios, a faixa planáltica do PNDI possui uma assinalável diversidade e abundância, tanto de anuros (rãs e sapos) como de urodelos (tritões e salamandras). São especialmente importantes as charcas, represas, poços, fontes e outros pontos de água que existem um pouco por toda a faixa planáltica. Ocorrem nesses locais espécies como a Salamandra-de-costas-salientes, a Salamandra-de-pintas-amarelas, o Tritão-de-ventre-laranja, o Tritão-marmorado, os sapos parteiros, o Sapo-comum, o Sapo-corredor e a Relã. Os terrenos arenosos de degradação dos granitos, adjacentes a essas locais aquáticos, permitem o refúgio para diversas espécies, entre as quais o Sapo-de-unha-negra. Essa abundância de anfíbios é testemunhada ao percorrer de noite algumas estradas da região, aquando das primeiras chuvas outonais/primaveris.

Peixes

O grupo das espécies de peixes presentes na área do PNDI sofreu nas últimas décadas alterações no seu número e composição, sendo actualmente constituído por 14 espécies. Antes da década de 60 ocorriam no troço internacional do rio Douro diversos peixes migratórios como o Esturjão ou Peixe-solho, o Sável, a Lampreia, a Enguia e quiçá o Salmão. Segundo relatos da época, essas espécies eram exploradas, nomeadamente em Barca de Alva onde eram famosas algumas receitas ou “peixadas”. Com a construção das 5 barragens no troço nacional do Rio Douro (Pocinho, Valeira, Régua, Carrapatelo e Crestuma-Lever), e outras cinco no troço fronteiriço (Saucelle, Aldeiadávila, Bemposta, Picote e Miranda), a passagem dessas espécies ficou impossibilitada e todas elas desapareceram, com excepção da Enguia. Esta última continua a ser pescada no Douro até à Barragem de Saucelle e ao longo de todo o rio Águeda e ribeira de Aguiar, o que se deve, provavelmente, à existência de eclusas de navegação nas barragens do Douro Nacional. Em termos de ictiofauna autóctone com interesse para a pesca, ocorrem o Barbo-comum, a Boga-de-boca-direita, o Escalo. Foram introduzidas, de forma ilegal, diversas espécies como a Carpa, o Pimpão, o Lúcio, a Perca-sol, a Truta-arco-íris e o Achigã, o que na maioria dos casos trouxe efeitos nefastos sobre a ictiofauna autóctone.

Invertebrados

Os invertebrados são o grupo faunístico menos conhecido, havendo escassa bibliografia sobre algumas espécies de insectos, anelídeos, aracnídeos, crustáceos. A diversidade parece ser elevada, podendo destacar-se algumas espécies pela abundância ou aspectos estéticos. Por exemplo, é bastante comum uma aranha do Género *Argyope*, de padrão amarelo, que pendura as suas enormes teias entre os matos, especialmente nos giestais. Também o Escorpião ou Lacrau (*Bhus occithanus*) e as centopeias são muito abundantes nos terrenos pedregosos, e o “canto” das cigarras é um dos sons mais característico dos Verões nas arribas. Outros invertebrados muito conhecidos são os lagostins, estando a espécie autóctone (Lagostim-de-patas-brancas *Austropotamobius palipes*) considerada como extinta apesar de ter ocorrido até recentemente nesta área. De referir que ainda existe um pequeno núcleo desta espécie nas proximidades do PNDI. O Lagostim-vermelho *Procambarus clarkii*, originário dos Estados Unidos, tem vindo a expandir-se por toda área.

1.3. Os Principais Factores de Ameaça do Património Natural

É essencial a compreensão dos fenómenos biofísicos presentes no território do PNDI, uma vez que, permite estipular quais as áreas de maior sensibilidade ecológica e a forma como se deve actuar no sentido de minimizar os impactos provocados pelos diferentes tipos de actividades (produção ou lazer).

Assim, considera-se pertinente a referência a alguns dos principais factores de ameaça do património natural.

Perda de habitat

- A substituição do coberto vegetal autóctone por outras espécies geram, uma descontinuidade entre os biótopos, levando a um decréscimo drástico tanto do número de espécies como da sua densidade.
- O corte e distribuição da vegetação ripícola tem consequências drásticas ao nível do assoreamento dos ribeiros, dos lençóis freáticos e nas alterações das margens. Provoca ainda um empobrecimento irreversível da vegetação e destruição de uma comunidade biológica muito própria.
- A alteração e distribuição do habitat são as principais causas de limitações à sobrevivência e expansão da fauna. deve-se ter ainda em atenção a introdução de espécies exóticas, um factor de ameaça tanto para a fauna como para a flora local.

Poluição

- Um dos principais factores de degradação da qualidade do ambiente é a poluição, nomeadamente a poluição hídrica. O controlo e tratamento dos resíduos é essencial no que diz respeito à qualidade do ambiente.

- Actividades como, a criação de gado junto aos rios e barragens; os lagares de azeite e as deposições de resíduos sólidos junto às linhas de água: a presença de resíduos de pesticidas nos rios provenientes da actividade agrícola, são algumas situações que prioritariamente devem ser controladas de forma a minimizar os seus impactos negativos no meio natural.

Perturbação de habitat

- A caça e a pesca, enquanto práticas não controladas, podem contribuir para uma perturbação dos habitats. A caça tem como principal efeito negativo a introdução de espécies e organismos alóctones e a distribuição de espécies de elevado valor de conservação. Assim, uma boa gestão das actividades cinegéticas é essencial para uma compatibilização com a conservação da natureza. No que diz respeito à pesca, os principais constrangimentos estão directamente ligados à falta de ordenamento desta actividade, sendo importante a definição de critérios que permitam identificar as zonas em que esta prática não se deve desenvolver.
- A pressão humana, em zonas de grande sensibilidade, podem causar perturbações irreversíveis. Como por exemplo a pressão exercida junto de certas espécies na época de nidificação; o pisoteio de zonas de grande interesse florístico; a movimentação de tráfego automóvel assim como a poluição atmosférica. É essencial a definição da capacidade de carga de cada lugar.

2. Caracterização sócio-económica

O PNDI localizado nas regiões de Trás-os-Montes e Alto-Douro e da Beira Alta abrange os concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro e Freixo de Espada à Cinta, no distrito de Bragança e Figueira de Castelo Rodrigo no distrito da Guarda.

As freguesias abrangidas em cada concelho são as seguintes:

Miranda do Douro: Constantim, Duas Igrejas, Ifanes, Malhadas, Miranda do Douro, Palaçoulo, Paradela, Picote, Póvoa, Sendim, Vila Chã da Braciosa.

Mogadouro: Bemposta, Bruçó, Brunhozinho, Castelo Branco, Peredo de Bemposta, Tó, Urrós, Vale de Porco, Ventozelo, Vila de Ala, Vilar de Rei, Vilarinho dos Galegos.

Freixo de Espada à Cinta: Fornos, Freixo de Espada à Cinta, Lagoaça, Ligares, Mazouco, Poiares.

Figueira de Castelo Rodrigo: Almofala, Castelo Rodrigo, Escalhão, Escarigo, Mata de Lobos, Vermiosa.

O nível de ocupação humana repercute-se no desenrolar da vida quotidiana da região, intervindo directamente no mundo rural e desencadeando práticas sociais e culturais bem singulares.

As dinâmicas sociais próprias desta região devem ser aproveitadas no sentido de promover o desenvolvimento a partir dos seus recursos endógenos. É necessário estarmos cientes que a verdadeira potencialidade do território em estudo, não reside num ou noutro recurso, mas na grande diversidade e no equilíbrio que se deve estabelecer entre os mesmos.

Será pois a conjugação entre a riqueza faunística, florística, paisagística e geomorfológica, apresentada pelo PNDI e a presença humana, que favorece a implementação e desenvolvimento de uma actividade turística, que contribua para o desenvolvimento da região.

2.1. Análise Demográfica

A área do Douro Internacional é fracamente povoada, com cerca de 17 habitantes por km² (censo de 1991) para o conjunto dos concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta e Figueira de Castelo Rodrigo. De 1970 a 1991, a população dos referidos concelhos decresceu cerca de 17%. Para as 23 freguesias que marginam o Douro e o Águeda, o decréscimo cifrou-se em cerca de 22%, atingindo valores superiores a 30% em 11 dessas freguesias. O índice de envelhecimento é de cerca de 130 idosos por cada 100 jovens (para Portugal o mesmo índice tem o valor de 67 idosos por cada 100 jovens), tendo aumentado substancialmente na última década.

A diminuição da densidade demográfica associada ao envelhecimento da população, dificulta a concretização de um desenvolvimento económico e social, ao não gerar riqueza e os empregos necessários, obrigando assim os indivíduos a deslocarem-se para os grandes centros urbanos.

Os recursos humanos além de escassos apresentam um défice a nível qualitativo, ou seja, os níveis de escolaridade da população em geral são relativamente baixos.

2.2. Análise das Actividades Económicas

O sector primário, que é essencialmente representado pela agricultura e pecuária, ocupa a maior parte da população activa (cerca de 56%). A diversidade morfológica do relevo, os solos, medianamente férteis a pobres, a pluviosidade baixa (cerca de 600 mm) e mal distribuída no tempo, “*os nove meses de inverno e três de inferno*”, e a água que corre nos vales profundos, condicionaram os sistemas agrários que se praticam na área geográfica do PNDI. De uma forma geral, podemos dizer que é uma agricultura extensiva de sequeiro onde predomina o minifúndio, com explorações de pequena e média propriedade, que utiliza, essencialmente, mão de obra familiar. De uma forma mais específica podemos distinguir três sistemas de agricultura:

Nas arribas predominam as culturas mediterrânicas - a vinha, o olival, o amendoal, a laranjeira - e os pequenos ruminantes autóctones. A vinha, de condução baixa, instalada muitas vezes em socalcos, produz vinhos com as tipicidades de três zonas vitivinícolas – a do Planalto Mirandês, a de Terras de Riba Côa e da Região Demarcada do Douro. O olival, de aptidão mista, é predominantemente para a produção de azeitona de conserva, mas o azeite é também de elevada qualidade. O amendoal está instalado nos solos mais pobres dos concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo de Espada à Cinta e Mogadouro. No concelho de Freixo de Espada à Cinta e em Barca D’Alva cultivam-se também os citrinos, famosos pela sua naturalidade.

No planalto predominam os sistemas cerealíferos e forrageiros, com os emblemáticos prados naturais localmente designados por “lameiros”, associados à bovinicultura, de carne, que os utiliza em pastoreio directo. Os pequenos ruminantes estão também presentes neste sistema cultural.

Nas zonas de transição, entre as arribas e o planalto, existe uma mistura dos dois sistemas anteriores, sendo umas vezes mais representativo o planalto, outras vezes as arribas. Nestas zonas predominam os pequenos ruminantes que aproveitam os terrenos marginais e os restolhos e poucios das culturas cerealíferas. As raças utilizadas são, na esmagadora maioria, autóctones: nos caprinos a Cabra Serrana e nos ovinos, a Churra Galega Mirandesa e a Churra da Terra Quente (também conhecida por Terrincha), nos concelhos de Mogadouro e Freixo de Espada à Cinta, e a Mondegueira em Figueira de Castelo Rodrigo.

As produtividades são relativamente baixas, mas o mesmo não se pode dizer relativamente à qualidade de muito produtos que já mereceram a protecção comunitária através da criação de Denominações de Origem Protegida - A Carne Bovina Mirandesa, o Queijo Terrincho, o Cordeiro Terrincho, o Cabrito Serrano, o Azeite de Trás os Montes, a Azeitona Negrinha de Freixo e a Amêndoa do Douro. Também ao vinho lhe é reconhecida fama mundial, já que uma parte da área do PNDI pertence à Região Demarcada do Douro.

Neste sector, também se deve referir a floresta de produção, que ocupa uma área pouco significativa e que é essencialmente constituída por espécies exóticas, tendo como predominância o pinheiro bravo e outras resinosas.

De referir, ainda, que esta região teve em tempos passados, extracção de alguns minérios, nomeadamente a volframite, mas actualmente apenas se verificam algumas explorações de extracção de inertes, principalmente de granito.

O sector secundário ocupa cerca de 21% da população activa e abrange actividades no âmbito da construção e obras públicas e de uma indústria constituída por pequenas empresas concentradas nas sedes dos concelhos, e algumas cooperativas de transformação (azeite e vinho). Existem também algumas empresas que trabalham o granito e o xisto extraídos na região.

O sector terciário representa actualmente cerca de 25% da população activa, verificando-se que no comércio e no turismo tem havido um incremento em alguns concelhos. O comércio é constituído por pequenas unidades retalhistas de carácter familiar concentradas nas sedes dos concelhos e o turismo, apesar das apreciáveis potencialidades, encontra-se incipientemente desenvolvido.

A vocação excepcional do Rio Douro para o aproveitamento energético é-lhe conferida pelas suas características morfológicas associadas ao seu regime hidrológico, demonstrado pelo grande concentração de aproveitamentos hidroeléctricos no troço internacional (Miranda do Douro, Picote e Bemposta no troço atribuído a Portugal, e Saucelle e Aldeadávila no troço atribuído a Espanha).

Outro sector com muita importância na área do PNDI é o exercício da **caça** e da **pesca**. As espécies mais apetecidas são a perdiz, a lebre e o coelho, mas também o javali atrai à região centenas de monteiros para participar em encontros venatórios. Existem 36 Zonas de regime cinegético especial das quais 34 são Zonas de Caça Associativas e 2 são Zonas de Caça Turísticas.

As **actividades tradicionais** têm também algum peso na economia das famílias residentes no PNDI, nomeadamente a apicultura, o artesanato e a gastronomia. Na área do PNDI existem cerca de 110 apicultores, com um total de 1851 colmeias, que estão agora a constituir uma associação que irá permitir uma melhor divulgação do mel produzido nesta região.

O artesanato recorre à utilização de materiais da região e de técnicas e saberes tradicionais obtendo-se diversos produtos – desde os trabalhos em madeira como é o caso das rocas e cabos de navalhas bordados, flautas e gaitas de foles, até aos ferros forjados e cutelaria, passando pela cestaria, a latoaria, a tecelagem em lã, linho e seda (de que são exemplo as "capas de honras" e as colchas) – ao quais é reconhecida muita qualidade e valor cultural.

A restauração é um factor de desenvolvimento económico da região devido à qualidade da gastronomia à base de produtos naturais e tradicionais. A “Posta Mirandesa” é o produto mais famoso, mas também a caça, o cordeiro, o cabrito, os queijos e os enchidos (comidos com as “cascas” - vagens de feijão secas) merecem ser apreciados. A doçaria está também bem representada com alguns produtos únicos como é o caso das Amêndoas Cobertas e da Bôla Doce Mirandesa.

2.3. Actividade turística enquanto meio de desenvolvimento local

O turismo é actualmente um dos sectores da economia portuguesa, que se caracteriza por um efectivo potencial de atracção e de desenvolvimento de novas actividades económicas, como o artesanato, a gastronomia, pequenas e médias empresas, os serviços, etc., porém é essencial perspectivarmos o desenvolvimento turístico da região através de um processo de valorização dos seus recursos endógenos.

Tendo em conta a diversidade do património natural, o imenso património histórico-cultural e social, o turismo é uma actividade a promover na região. Um sector de importante base produtiva, que devidamente enquadrado e desenvolvido contribuirá não só para a criação de um maior número de postos de trabalho, como em larga medida para um desenvolvimento geral da região. Apesar dos diversos estrangulamentos que o território apresenta, tanto a nível demográfico como sócio-económico, é importante referir que existem potencialidades que podem ser utilizadas no desenrolar da actividade turística, proporcionando assim uma nova dinâmica ao território. Podemos referir por um lado, o importante capital cultural, nomeadamente a grande diversidade de artes e ofícios tradicionais e a gastronomia.

A grande diversidade de produtos típicos existentes na região deve ser também uma aposta da actividade turística e comercial, principalmente divulgando os produtos certificados e criando condições para a certificação de outros. Seria interessante que na promoção destes produtos fosse referido o facto de serem produzidos dentro da área do PNDI.

A adesão à Carta Europeia de Turismo Sustentável por parte do PNDI, enquadra-se na perspectiva de desenvolvimento da região, preocupando-se em aproveitar ao máximo as suas potencialidades e tentando colmatar os seus estrangulamentos.

Será pois necessário a intervenção em alguns vectores essenciais de desenvolvimento regional, tais como:

- melhoria da rede e infraestruturas de apoio ao desenvolvimento de forma a atenuar a repulsão demográfica, ou seja, quer a nível da satisfação de necessidades fundamentais da população, quer ao nível de apoio às actividades económicas;
- promoção do aproveitamento dos recursos turísticos;
- aprovação de projectos de desenvolvimento económico que estejam em consonância com os princípios da área protegida;
- criação de emprego para os recursos humanos existentes, permitindo a fixação populacional, em particular dos jovens.

Assim qualquer intervenção na zona deve ter uma forte incidência na criação das infraestruturas produtivas com o objectivo de prioritariamente criar condições reais de bem-estar à população.

A análise dos indicadores sociais de bem-estar é muito importante para o conhecimento das principais carências encontradas na região, uma vez que só quando estas estiverem colmatadas a população poderá sentir-se satisfeita, apresentando um nível de vida condigno.

É importante não só ter conhecimento dos diversos estrangulamentos relacionados com os equipamentos colectivos ao nível básico, mas também com as infraestruturas que podem potenciar actividades recreativas e sócio-culturais, visto estas constituírem igualmente um importante factor de fixação da população em geral (e dos quadros técnicos em particular) e serem condição fundamental ao processo de desenvolvimento local.

Existe a necessidade de dinamizar as associações, sejam elas de carácter cultural (recreativas e desportivas) ou profissionais (de produção), uma vez que têm uma função muito importante na dinâmica social, tanto no que toca à coesão do grupo, como ao aprofundamento das entidades locais. Será pois importante o aproveitamento dos incentivos financeiros existentes, assim como promover a capacidade de otimizar e aproveitar os programas e linhas de financiamento comunitário, de forma a sustentar as actividades desenvolvidas e as suas instalações, e a criação de condições para uma maior atracção dos jovens, que são imprescindíveis para a dinâmica e sustentabilidade das mesmas.

As acessibilidades são outro aspecto importante tanto para o bem estar das populações como para a concretização das actividades turísticas. A sua má gestão poderá ser impulsionada do abandono da região ao inviabilizar ou condicionar o desenvolvimento económico e ao mesmo tempo pode constituir um constrangimento ao desenvolvimento do turismo. Neste sentido será necessário o desenvolvimento tanto das vias rodoviárias da região, como dos transportes públicos, permitindo aos habitantes locais e aos visitantes uma maior facilidade, não só de acesso à região como de deslocação no interior do próprio território.

II - ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO DO TURISMO DE NATUREZA NO PARQUE NATURAL DO DOURO INTERNACIONAL

1. Princípios orientadores para o desenvolvimento sustentável do Turismo de Natureza no PNDI

O desenvolvimento e implementação das actividades e serviços do Turismo de Natureza, nas vertentes de alojamento e animação ambiental deverá respeitar os seguintes princípios:

- Ser ecologicamente sustentável por forma a assegurar a manutenção dos processos ecológicos essenciais à biodiversidade;
- Ser culturalmente e socialmente sustentável, por forma a assegurar a sua compatibilidade com a manutenção dos valores culturais e sociais das comunidades residentes e a satisfação dos visitantes;
- Contribuir para o desenvolvimento económico local e para um quadro de equilíbrio da oferta e procura das diferentes modalidades do Turismo de Natureza;
- Contribuir para o planeamento e ordenamento das actividades de Turismo de Natureza, tendo em conta os seguintes factores:
 - . Capacidade de carga ambiental,
 - . Capacidade de carga social,
 - . Capacidade de carga económica.

2. Objectivos genéricos do enquadramento estratégico do Turismo de Natureza no PNDI

Implementar os objectivos de criação do Programa Nacional do Turismo de Natureza, consignados na RCM n.º 112/98, de 25 de Agosto.

Promover a implementação integrada e equilibrada das diferentes modalidades do Turismo de Natureza por forma a:

- . Dotar o PNDI de uma rede de oferta de alojamento nas modalidades de “Casas de Natureza” e “Turismo em espaço Rural”;

. Dotar o PNDI de infraestruturas e meios que permitam promover as modalidades de Animação Ambiental, nas suas três vertentes da Animação, Interpretação Ambiental e Desporto de Natureza;

. Dotar o PNDI de uma Carta de Turismo de Natureza.

Estimular as iniciativas e projectos com interesse para o desenvolvimento do Turismo de Natureza, de acordo com a legislação e requisitos gerais e específicos em vigor.

3. Potencialidades e Recursos para o Turismo de Natureza

A principal potencialidade deste Parque Natural reside na sua diversidade global e não tanto num factor distintivo em particular.

A variedade de Recursos Patrimoniais (natural, monumental e construído e sociocultural) permite a realização de um conjunto variado de actividades complementares para visitantes com interesses específicos.

A sua importância faunística, florística, paisagística e geomorfológica é acrescida pela riqueza cultural das suas gentes que, desde tempos imemoráveis, aqui têm deixado marcas da sua presença.

Não será demais referir quer a biodiversidade (no que respeita à ocupação do solo, à vegetação e à manifestação das espécies faunísticas) quer o importante capital cultural, nomeadamente a grande diversidade de artes e ofícios tradicionais, o artesanato e a gastronomia.

3.1. Enquadramento nas principais potencialidades e características do PNDI

Objectivo: Identificação dos principais aspectos a serem desenvolvidos em termos de Turismo de Natureza.

Neste ponto do enquadramento estratégico para o Turismo de Natureza no Parque Natural do Douro Internacional, procura-se proceder à identificação das potencialidades endógenas que, pelas suas características, sejam susceptíveis de integração na lógica do referido produto turístico. O espaço em consideração apresenta um amplo conjunto de potencialidades e recursos, que podem ir ao encontro de uma procura turística diversificada e qualificada, de acordo com as objectivos e princípios do Turismo de Natureza. Deste amplo conjunto de potencialidades turísticas sistematizam-se e destacam-se os seguintes aspectos principais:

A **localização geográfica** do PNDI numa zona de fronteira, com a província Espanhola de Castela e Leão, contrasta entre a paisagem dos horizontes largos do planalto e os abismos angustiantes dos vales escarpados dos rios Douro e Águeda. Torna-se um local privilegiado como novo desti-

no turístico, em resposta ao surgimento de outros tipos de procura, propondo a prática de actividades ligadas ao recreio, ao lazer e ao contacto com a natureza e culturas locais, permitindo o seu aproveitamento em termos de captação e/ou da troca de fluxos turísticos.

A **paisagem**, no sentido mais lato que a palavra encerra, poderia ser entendida, por si só, como o conjunto das potencialidades e atracções turísticas do PNDI. Na verdade, este elemento tão abrangente, que sintetiza uma mistura de aspectos tão diferentes e contudo tão interligados – como sejam os rios, as albufeiras, os vales, a serra, os planaltos ou o homem e as actividades que este vem desenvolvendo, isto é, a paisagem natural e a paisagem humanizada, - constitui, não raras vezes, o motivada deslocação dos visitantes, mobilizados pelo deslumbramento de uma paisagem única, onde a existência de miradouros (naturais e construídos) lhes proporciona um quadro de grande qualidade e rara beleza. A paisagem é um elemento indissociável do turismo de Natureza.

A **observação da natureza** alcança cada vez maior importância ao nível da captação de fluxos turísticos. No PNDI é de salientar que a faixa planáltica, de largura variável, inclui algumas das mais importantes manchas de floresta ou bosques/matos de vegetação autóctone (carvalhal, sobreiral), que constituem refúgio de diversa fauna, em especial os mamíferos de maior porte (Lobo, Gato-bravo, Corso e Javali). Por outro lado as zonas de aproveitamento agro-pecuário incluídas no PNDI, são extremamente importantes como área de alimentação e de que dependem as populações de aves que nidificam nas arribas, daí que o binómio arriba-planalto seja indissociável. Destacam-se ainda os biótopos estepários, muito importantes em termos de avifauna e do ponto de vista cinegético e o mosaico de habitats (lameiros, terrenos de cereal, vinhedos, etc.) designados vulgarmente por tipo “Bocage” que confere a esta área uma elevada biodiversidade. Os **percursos pedestres interpretados**, assumem aqui especial relevo ao constituírem-se como uma das formas mais usuais de contemplação da natureza.

Os **desportos de ar livre**, também denominados de desportos de natureza, têm uma relação forte com os aspectos naturais e encontram no PNDI, embora com algumas restrições, um meio ideal para a sua prática, possibilitando a articulação entre um vasto número de actividades que podem combinar desportos terrestres com desportos aquáticos ou mesmo aéreos.

No âmbito do **património histórico-cultural**, no PNDI destaca-se a existência de exemplos de arquitectura religiosa (igrejas e capelas), arquitectura tradicional de feição erudita (casas solarengas) ou popular (edifícios isolados ou conjuntos arquitectónicos, para além de outros elementos diversos como cruzeiros, alminhas, pontes, etc.). O património arqueológico existente na zona é igualmente vasto, e abrange desde testemunhos da ocupação romana (povoados, necrópoles, pontes e estradas) a castelos e atalaias medievais, gravuras rupestres, até aos exemplares de arquitectura do ferro de finais do século passado (estações de comboio da linha do Sabor e da linha do Douro). Uma parte deste património está classificado como Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público ou como Valor Concelhio.

As **festas e romarias** abundam um pouco por toda a região e estão, na sua maioria, associadas a acontecimentos religiosos, durante o Verão. Este factor atractivo, assume cada vez maior impor-

tância em termos do número de pessoas que mobiliza, abrindo a possibilidade de se abrirem complementaridades entre o Turismo de Natureza e o Turismo Religioso e/ou Cultural.

O **artesanato** é sempre um complemento importante da actividade turística, podendo, por vezes, de forma isolada constituir motivo de atracção. A rica herança cultural da região motivou o aparecimento de algumas actividades artesanais que contam já com alguns anos de existência, destacando-se, os trabalhos em madeira como é o caso das rocas e cabos de navalhas bordados, flautas e gaitas de foles, até aos ferros forjados e cutelaria, passando pela cestaria, a latoaria, a tecelagem em lã, linho e seda (de que são exemplo as "capas de honras" e as colchas) – ao quais é reconhecida muita qualidade e valor cultural.

A **gastronomia**, é uma actividade com bastante actividade, tanto pela sua diversidade e qualidade como pela sua especificidade; tratando-se de uma região dotada de inúmeros produtos típicos e muito característicos, sendo alguns deles **produtos regionais certificados**, faz com que a sua gastronomia seja um verdadeiro alento para os visitantes e os habitantes. Dado tratar-se de uma componente tradicional com potencial, deverá ser pensada uma forma de actuação estratégica que favoreça aqueles que efectivamente comercializam os produtos tipificados como “regionais” e estimule todos aqueles que querem aderir à rede de oferta gastronómica regional a inseri-los nas suas ementas. As opções gastronómicas são variadas e de qualidade, carecem é da devida organização e regulamentação.

O **alojamento turístico** surge como componente indissociável da actividade turística, constituindo, muitas vezes, a razão principal da deslocação dos visitantes. A oferta de alojamento turístico, quer na modalidade de **turismo em espaço rural**, quer na modalidade de **casas de natureza**, é muito incipiente, dado que a grande maioria da oferta se faz através de unidades hoteleiras convencionais. Existe algum potencial de desenvolvimento de estabelecimentos, actividades e serviços de alojamento nas modalidades previstas em termos de Turismo de Natureza.

4. Modalidades de Turismo de Natureza

4.1 . Alojamento

Objectivos:

- Dotar o PNDI de uma rede de oferta de alojamento nas modalidades de “Casas de Natureza” e Turismo em Espaço Rural”.
 - promover a instalação e o funcionamento dos diferentes serviços de hospedagem em casas e empreendimentos turísticos de turismo em espaço rural;
 - promover a instalação e o funcionamento de “casas de natureza” como infraestruturas de alojamento que, não sendo únicas nas AP, delas são exclusivas;

- Contribuir para a preservação, recuperação e valorização dos elementos do património construído existentes, designadamente através do aproveitamento de casas ou outras construções tradicionais, passíveis de integração nas modalidades de alojamento consignadas no PNDI, sempre numa óptica de integração com o meio envolvente;

- Contribuir para a qualificação e diversificação da oferta turística;
- Contribuir, de uma maneira geral, para o desenvolvimento sustentável da região.

Aspectos a considerar:

A criação de uma rede de oferta de alojamento turístico deve contemplar os seguintes princípios:

- os projectos de alojamento turístico devem ser concebidos na óptica do desenvolvimento sustentável e por forma a integrar a lógica de um produto compósito, que é o Turismo de Natureza;
- a localização das actividades e instalações turísticas, nomeadamente das unidades de alojamento turístico, deverá obedecer a critérios de ordenamento que evitem a pressão em áreas sensíveis, respeitando a capacidades de carga do meio natural e social;
- todo e qualquer projecto de alojamento turístico deverá obedecer criteriosamente ao enquadramento legal em vigor e estipulado para esta modalidade.

Unidades de alojamento contempladas:

Tipologia e definição:

De acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 2º do Decreto-lei n.º 47/99, o Turismo de Natureza compreende os serviços de hospedagem prestados em:

- a) Casas de Natureza:
 - Casas-abrigo;
 - Centros de acolhimento;
 - Casas retiro.
- b) Casas e empreendimentos turísticos em espaço rural - TER (DL 169/97, de 4 de Julho; DR 37/97, de 25 de Setembro).

Situação actual:

Em conformidade com a tipologia das modalidades de alojamento consignadas no PNTN, o PNDI dispõe da seguinte oferta de alojamento turístico:

a) casas de natureza:

i) Casas abrigo

- Não existem.

ii) Centros de acolhimento:

- Não existem.

iii) Casas- retiro:

- Não existem.

b) Casas e empreendimentos turísticos de Turismo em Espaço Rural:

Turismo de Habitação:

3 -Um a funcionar e dois em projecto de construção.

c) Outras modalidades de alojamento:

27 Unidades hoteleiras

Parques de Campismo no PNDI:

2-Um a funcionar e outro em projecto.

Estratégia:

A estratégia a desenvolver em matéria para disponibilizar alojamento turístico no PNDI (cujos locais de intervenção serão previamente definidos, tendo em consideração o Plano de Ordenamento e as classes de zonamento nele definidas) não dispensará a estreita colaboração das autarquias e outras entidades locais, bem como a participação da população e, em geral, de todos os agentes locais.

Fará parte desta estratégia estimular a iniciativa privada no âmbito da instalação e funcionamento das Casas de Natureza e do Turismo em Espaço Rural, tendo em atenção que os Centros de Acolhimento a serem integrados nesta rede equilibrada de oferta de alojamento no âmbito do Turismo de Natureza, não desvirtue o objectivo a que se destina como refere o respectivo diploma: “permita o alojamento de grupos, com vista à educação ambiental, visitas de estudo e de carácter científico”.

No âmbito do Turismo de Natureza as estruturas de alojamento a implementar pelo PNDI, e numa perspectiva de optimização e racionalização da gestão das mesmas será de adoptar o sistema de concessão de exploração a pessoas ou entidades privadas com actividade no sector turístico. Este sistema de concessão procura contornar as dificuldades de uma gestão global, centrada na Área Protegida, evitando que se torne insustentável pela impossibilidade de responder às necessidades em recursos humanos e materiais. Por outro lado, este método de gestão pode contribuir para o desenvolvimento de iniciativas locais, criação de emprego e diversificação do tecido económico. Neste sentido, no período 2001-2003 o PNDI pretende fazer a recuperação das seguintes estruturas:

- Recuperação da casa da Junta de Freguesia Vila Chã da Braciosa, para casa-retiro, no 1º andar e museu rural no rés do chão.
- Recuperação dos edifícios de 5 estações de caminho de ferro, da antiga linha do Sabor já desactivadas em casas- retiro e em centros de acolhimento (Duas Igrejas, Sendim, Urrós, Bruçó e Freixo de Espada à Cinta).
- Edifício da antiga casa da Guarda Florestal do Palão,

em seguida, de acordo com as orientações do ICN, far-se-ão concessões a privados ou associações de desenvolvimento local.

O objectivo de disponibilizar alojamento turístico tem sido, de uma maneira geral, alcançado. No entanto, com fluxos turísticos tendencialmente crescentes, e níveis de exigência cada vez mais apertados no que respeita ao factor qualidade, aos quais se junta a necessidade de preservar o património construído, torna-se importante repensar estratégias de requalificação e ampliação das unidades de alojamento disponíveis. deste modo, à oferta de alojamento turístico existente, juntam-se as seguintes intenções/necessidades, que poderão ser realizadas pela iniciativa privada:

Recuperação de património do Estado desactivado e a sua conversão em Casas de Natureza:

- Edifício da antiga estação de caminho de ferro de Barca d'Alva,
- Edifícios dos antigos quartéis da Guarda Fiscal
- Edifícios das antigas casas paroquiais,
- Edifícios das antigas casas tradicionais privadas,
- Edifício da antiga “Albergaria de Escarigo - Caminhos de Santiago”,
- Edifício da antiga Casa de Stº André.

entre outras.

4.2 Animação Ambiental

Objectivos gerais:

- Contribuir para a descoberta e fruição dos valores naturais e culturais das AP;
- Contribuir para a revitalização e divulgação dos produtos artesanais tradicionais, em particular os produtos de qualidade legalmente reconhecida, e das manifestações sócio-culturais características das AP, bem como do seu meio rural envolvente;
- Contribuir para a realização de tarefas ligadas às actividades económicas tradicionais ou à conservação da natureza;
- Contribuir para a promoção do recreio e lazer;
- Contribuir para a atracção de turistas e visitantes, nacionais e estrangeiros, ou constituir um meio para a ocupação dos seus tempos livres ou para a satisfação das necessidades ou expectativas decorrentes da sua permanência na AP.

4.2.1 Animação

objectivos:

- Dotar o PNDI de infraestruturas e meios que permitam promover as actividades de animação que se destinam à ocupação dos tempos livres dos visitantes e que contribuam para a divulgação do património natural e cultural, bem como para a qualificação e diversificação da oferta turística;
- Promover, ordenar e regular a prática das actividades e serviços e a implementação das instalações de animação no PNDI, em conformidade com os objectivos fundamentais consagrados no Plano de Ordenamento, que visam a salvaguarda dos recursos naturais e culturais e a promoção do desenvolvimento sustentável da região;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população residente, mediante, designadamente, a oportunidade de valorizar os seus próprios produtos e promover os seus valores culturais e, por arrastamento, de proporcionar a criação de rendimentos complementares;
- Criar alternativas atractivas noutras áreas do Parque, ou mesmo nas regiões envolventes (daí que a estratégia de animação deva ser pensada e articulada com as autarquias locais), por forma a diminuir a pressão sobre as áreas de maior interesse turístico que muitas vezes são coincidentes com as áreas de maior sensibilidade ambiental.

Impactos:

Pretende-se com uma estratégia de animação turística dotar o território do PNDI de um conjunto de actividades, serviços e instalações que, para além de promover a ocupação dos tempos livres dos visitantes, contribuam, de alguma forma, para a ordenação do turismo e do recreio e para o desenvolvimento sustentável da região.

Os impactos decorrentes da estratégia de animação turística são diversos e, até certo ponto, imprevisíveis. No entanto, existem três situações que importa considerar:

- a possibilidade de criar pontos alternativos de atracção turística, diminuindo a pressão sobre áreas mais visitadas e, muitas vezes, mais sensíveis do ponto de vista ecológico;
- o contributo para a preservação do património cultural e etnográfico;
- admitindo o envolvimento da população e agentes locais e tendo em conta que o papel da animação turística passa também pela divulgação dos produtos e tradições locais, a

estratégia a desenvolver pode constituir-se como uma importante fonte de rendimentos complementares e dinamização sociocultural.

Apesar dos potenciais impactos positivos decorrentes de uma estratégia de animação turística, podem também surgir situações menos favoráveis que urge controlar, nomeadamente:

- a concentração exagerada de visitantes em certos períodos e locais, com todas as implicações daí decorrentes para a conservação da natureza;
- as campanhas de animação mal direccionadas e fora da vocação ambiental e valorização sociocultural, podendo romper com os princípios de protecção e conservação da natureza e adulterar a identidade da região.

Situação actual:

O PNDI dispõe actualmente de um conjunto considerável de actividades, serviços e instalações (passeios a pé e de barco; feiras, festas e romarias; artesanato; oferta de produtos regionais; parques de merendas; ...) que se enquadram na tipologia da modalidade de animação, carecendo, porém de uma eficiente organização e rentabilidade.

Não existe, com efeito, uma rede de oferta de serviços e actividades de animação que vá de encontro à lógica da componente integrante do Turismo de Natureza, antes aparecendo de uma forma desajustada em relação às demais modalidades que, conjuntamente e numa óptica de inter-relação, devem formar este produto turístico.

À excepção das feiras, festas e romarias, que obedecem a lógicas de organização distintas (com calendário e local específicos e conhecidos), as restantes actividades e serviços de animação assumem, quase sempre, um carácter esporádico, ora dispersos, ora concentrados geograficamente, e muito influenciados pela forte sazonalidade própria da actividade turística.

Actividades contempladas:

Constituem actividades, serviços e instalações de animação as iniciativas ou projectos que integrem:

- gastronomia,
- produtos tradicionais regionais,
- artes e ofícios tradicionais da região,
- estabelecimentos tradicionais de convívio e de comércio,
- feiras, festas e romarias,
- rotas temáticas,
- expedições panorâmicas e fotográficas,
- passeios a pé, de barco, a cavalo/burro e de bicicleta,

- passeios em veículos todo-terreno,
- jogos tradicionais,
- parques de merendas,
- pólos de animação,
- meios de transporte tradicionais.

Estratégia:

Na prossecução dos objectivos atrás identificados, o papel do PNDI passará um pouco por:

- Elaborar e acompanhar os projectos que visem a instalação e/ou recuperação de pequenas estruturas de apoio às actividades de animação, tais como: parques de merendas, estabelecimentos tradicionais de convívio, zonas de jogos tradicionais, etc.;
- Apoiar as iniciativas de animação que se dediquem à recriação das actividades e modos de vida tradicionais;
- Fomentar a realização de um maior número de feiras que se destinem à divulgação dos produtos e tradições da região;
- Incentivar a criação de pontos de venda directa de produtos locais;
- Apoiar as iniciativas de animação propostas a partir de projectos compostos que combinem simultaneamente os serviços de hospedagem como a referida modalidade;
- Privilegiar os projectos que envolvam a participação da população e agentes locais, quer sob a forma de participação directa através de acções concentradas de iniciativa privada associados à implementação de actividades, serviços e instalações de animação, quer sob a forma de concessão dessas mesmas modalidades (libertando, deste modo, a “responsabilidade” humana, material e financeira do PNDI);
- Elaborar planos de acção, em parceria com as autarquias, com vista à implementação de uma rede coerente de serviços e estruturas e animação turística.

4.2.2. Aspectos a potenciar no PNDI:

O Parque Natural do Douro Internacional pode dividir-se em três zonas com diferentes aptidões para o turismo de natureza: planos de água, arribas e planalto.

A zona de **planos de água** é formada pelas albufeiras das barragens de Miranda do Douro, Pico-te, Bemposta, Aldeadávila, Saucelle, Pocinho e St^a Maria de Aguiar. Esta zona apresenta potencialidades para a realização de percursos turísticos de barco, o que já acontece actualmente em Miranda do Douro e Saucelle, para o estabelecimento de percursos de canoa ou caiaque e ainda

para a criação de praias fluviais e respectivos apoios. No caso da barragem de St^a Maria de Aguiar, poderão ainda ser criados observatórios de avifauna nas suas margens.

Nas **arribas** poderão ser criados percursos pedestres, de BTT ou a cavalo ou de burro, que poderão ser de carácter geral ou temático, dirigidos a temas tão diversos como fauna, flora, geologia, património arquitectónico, arqueológico ou cultural. Esta zona é também propícia à implantação de miradouros e de parques de merendas e ao desenvolvimento de actividades desportivas tais como a escalada e o parapente. Existem também algumas casas típicas e tipificadas (casas da guarda fiscal, casas dos antigos bairros da EDP - Cardal do Douro e Barrocal do Douro) que poderão ser recuperadas para apoio ao turismo de natureza e ainda outras edificações tradicionais, tais como moinhos, azenhas ou pombais que poderão ser recuperados para integrar percursos temáticos.

Devido à grande importância faunística destas duas zonas (planos de água e arribas) e à sua elevada sensibilidade à perturbação humana, estas actividades deverão ser devidamente regulamentadas.

A zona **planáltica** é aquela que permitirá desenvolver um maior número de actividades sem prejudicar os aspectos naturais que se pretendem conservar no PNDI. Assim, é nesta zona que preferencialmente irão ser recuperadas casas para turismo de natureza, típicas ou tipificadas (antigas estações da CP, antigas casas paroquiais, casa da guarda florestal) e onde poderão igualmente ser recuperadas outras edificações tradicionais tais como moinhos, azenhas, lagares ou fornos de modo a integrar percursos ou parques temáticos. A criação de parques de campismo rurais, de centros de interpretação e de parques de merendas também é desejável. Os percursos interpretativos, gerais ou temáticos surgem também aqui como actividade a potenciar.

Estruturas de apoio existentes no PNDI:

O Parque Natural do Douro Internacional possui sede em Mogadouro e 3 delegações a funcionar, em Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo de Espada à Cinta e Miranda do Douro. Todos os municípios possuem postos de turismo.

4.2.3. Interpretação Ambiental

Objectivos:

- Ordenar o acesso e a visita à área protegida, salvaguardando os seus valores;
- Contribuir para descoberta dos valores naturais, históricos e culturais nas suas diferentes valências, e tendo subjacente uma postura ambiental ajustada às características e limitações inerentes à qualidade de área protegida;
- Contribuir para o desenvolvimento sustentado da região, rentabilizando os seus recursos naturais, materiais e humanos;

Impactos:

Pretende-se com uma estratégia de interpretação dotar a região de um conjunto de estruturas que de alguma forma contribuam para a ordenação do turismo, para o desenvolvimento regional e para a sensibilização dos visitantes e da população residente para a conservação do património natural e cultural, salientando a importância desse património quer no contexto actual (económico, social, cultural e biológico), quer numa perspectiva futura, designadamente no que se prende com a memória e individualidade das comunidades e com a qualidade de vida do Homem, em geral.

Estas estruturas poderão potenciar o desenvolvimento regional e a dinamização cultural. Para além disso, elas são também um elemento determinante para a construção da imagem do Parque e, em certa medida, da atitude face ao mesmo e face à população que o utiliza.

Situação actual:

O PNDI não dispõe ainda (mas perspectivam-se para breve) de estruturas que se enquadrem na tipologia de modalidades de interpretação.

Actividades contempladas:

Constituem actividades, serviços e instalações de interpretação as iniciativas ou projectos que integrem:

- Pólos de recepção,
- Centros de interpretação,
- Percursos interpretativos,
- Núcleos ecomusiológicos,
- Observatórios,
- Iniciativas, projectos ou actividades sem instalações físicas, quer se realizem com carácter periódico, quer com carácter isolado.

Estratégia:

Para a implementação das estruturas e serviços considerados para o território, o PNDI adoptará algumas estratégias que orientarão a tomada de decisão quanto aos projectos propostos. São eles:

- Definir *à priori*, tendo em consideração o Plano de Ordenamento e as classes de zonamento nele definidas, dos potenciais locais privilegiados para a instalação dessas estruturas e actividades, sejam estas de interpretação ou apenas de animação:
 - Deverá ser privilegiada, tal como se propõe para as actividades de desporto da natureza, a Área de Ambiente Rural, onde o risco de destruição de valores mais sensíveis/significativos é menor;

- Deverão ser estrategicamente distribuídos no território, de forma a ordenar o acesso e as visitas, evitando ou reduzindo a entrada em zonas de maior sensibilidade ambiental.
- Agregar nesses locais estrategicamente definidos modalidades de componentes de interpretação, desporto e de animação diversas (pólos de recepção, centros de interpretação, comercialização de produtos regionais, percursos pedestres, parques de merendas, restauração), de forma a criar um complexo atractivo, eficaz na retenção e filtro de visitantes;
- Promover a participação dos agentes locais quer sob a forma de actividades de iniciativa privada associadas às estruturas da área protegida quer sob a forma de gestão dessas estruturas. Concessionando as estruturas e serviços existentes procurar-se-á não só libertar a área protegida do ónus material e humana da gestão como também contribuir para a diversificação de tecido económico;
- As actividades e estruturas deverão valorizar e dignificar o património cultural e histórico, nas suas inter-relações e nas suas relações com o meio natural, restituindo-se assim à população residente a sua identidade, e promovendo em simultâneo as actividades económicas da região, frequentemente desvalorizadas pelos próprios; dever-se-á, na medida do possível, associar a interpretação do espaço e das estruturas ao seu uso, o que passa, não raramente, pela revitalização de práticas e de actividades económicas tradicionais.

4.2.4 Desporto de Natureza

Objectivos:

- Ordenar e regular a prática de actividades desportivas e recreativas no Parque Natural do Douro Internacional, no cumprimento dos objectivos fundamentais que conduziram à elaboração do Plano de Ordenamento e que visam a salvaguarda dos recursos naturais e a promoção do desenvolvimento sustentado da região;
- Melhorar qualitativamente a prática desportiva e dotar os agentes turísticos e praticantes de conhecimentos ambientais mais alargados e de práticas ajustadas;
- Promover condições para uma prática desportiva em segurança.

Impactes:

- Negativos:

Não existe ainda informação suficiente sobre os impactes do uso recreativo e desportivo sobre o meio natural. Qualquer modalidade exerce algum efeito no meio, cuja natureza e intensidade

varia em função do tipo de actividade e das características ecológicas do espaço. Embora esta questão não tenha sido ainda aprofundada são conhecidos os potenciais impactes negativos das diversas modalidades desportivas: compactação do solo, erosão, perda de vegetação, danos na paisagem, perturbação da fauna, produção de resíduos, danos da morfologia do terreno, risco de incêndios, danos nas produções agrícolas, entre outros.

- Positivos:

Apesar dos impactes negativos directos no meio ambiente, estas actividades podem constituir, no entanto, um fenómeno favorável para as regiões onde são realizadas, na medida em que poderão, quando devidamente enquadradas por outro tipo de ofertas (restauração, alojamento, comercialização de produtos tradicionais), induzir um desenvolvimento sustentável da região, criando emprego e fontes de rendimento complementares. Nesta perspectiva, o turismo e o desporto de natureza surge como uma alternativa interessante ao turismo da massa.

Por outro lado, quando realizadas por agentes sensibilizados para a educação ambiental e detentores de conhecimentos ambientais adequados, e quando realizados em condições e locais favoráveis, estas actividades poderão ser ainda um meio de sensibilização para a conservação da natureza.

Actividades contempladas:

Consideram-se passíveis de serem praticados no PNDI, nos termos dos normativos estabelecidos, as seguintes actividades e serviços de desporto de natureza:

- Pedestrianismo
- Escalada
- Orientação
- Descida de cascatas
- Actividades Equestres (inclui passeios, corridas, gincanas e raides)
- Ciclismo, BTT e Cicloturismo
- Desporto e Recreio Motorizado (inclui enduro, trial, raides de todo-o-terreno e similares)
- Desportos Aquáticos
- Desportos Aéreos (inclui asa delta e parapente)
- Jogos de Guerra e Desportos de Alvo (inclui jogos de guerra, paint-ball, tiro com arco, besta e com armas de pressão e fogo)
- Pernoita ou Bivaque
- Organizações competitivas e actividades com elevado número de participantes.
- Outros desportos e actividades de lazer cuja prática não se mostre nociva para a conservação da natureza.

Estratégia:

Para a prossecução do objectivo primeiro de ordenação e regulamentação das actividades desportivas e recreativas no seu território, o PNDI traçará um conjunto de linhas estratégicas de âmbito genérico, cuja operacionalização passa pela implementação de instrumentos normativos e de planos de acção vários, nomeadamente, o Regulamento de Actividades Desportivas e Recreativas do Parque Natural do Douro Internacional.

As principais orientações estratégicas para o desporto de natureza são:

- Determinar as condições da prática das diferentes actividades desportivas e recreativas no PNDI;
- Elaboração da Carta de Desporto de Natureza documento que especifica para cada uma das actividades e modalidades as condições (agentes, locais, datas) em que cada uma pode ser realizada.

Este documento normativo tem subjacente os seguintes princípios basilares:

- Zonamento: adequar a prática aos locais, tendo como grande linha directriz a divisão do Plano de Ordenamento em Área de Ambiente Rural e Área de Ambiente Natural;
- Responsabilização: introduzir diferentes níveis de responsabilização aos agentes e praticantes, consoante o zonamento estabelecido e o tipo de actividades ou modalidade em causa;
- Flexibilidade: ajustar as práticas à época do ano e às dinâmicas, naturais ou induzidas pela pressão humana, dos espaços.
- Diminuir a pressão sobre áreas de maior sensibilidade e sobre o território do Parque em geral, criando alternativas atractivas nas regiões envolventes;
- Definir e credenciar, para os diferentes tipos de actividades, parceiros privilegiados aos quais caberá assegurar o cumprimento por parte dos diferentes promotores das normas estabelecidas nos regulamentos existentes;
- Dotar os agentes turísticos de conhecimentos ambientais mais alargados e melhorar a prática qualitativa das actividades;
- Promover e divulgar as pequenas empresas locais, sempre que as mesmas reúnem as condições técnicas e conceptuais adequadas;
- Parceria com autarquias, associações, clubes e federações, empresas, na operacionalização dos planos de acção;

- Contribuição prática e financeira para a conservação da natureza dos operadores turísticos e desportivos

Operacionalização:

As linhas estratégicas referidas operacionalizam-se mediante a construção de alguns instrumentos de gestão e mediante o desenvolvimento de planos de acção em parceria.

Dos instrumentos de gestão destaca-se:

- O Regulamento do Plano de Ordenamento do PNDI.
- Carta de Desporto da Natureza, previsto no Plano Nacional de Turismo de Natureza; trata-se de um instrumento que, no caso do Parque Natural, se prevê que assuma um âmbito geográfico mais alargado, tendo como área de intervenção não apenas o território do Parque mas a totalidade dos concelhos que o integram. Estas cartas, uma para cada concelho, integrarão o Regulamento de Actividades Desportivas e será documento principal de informação e divulgação de todas as questões da área do recreio e do turismo a que o visitante terá acesso.

Entre outros aspectos que visam a ordenação do Turismo de Natureza, a Carta prevê, como forma de melhorar as condições da prática de algumas actividades, a criação de pontos desportivos espaços infra-estruturados para o desenvolvimento das diferentes modalidades, visando a qualidade técnica, a segurança e o respeito pelos valores sociais e naturais presentes. As entidades promotoras das actividades serão responsáveis pela manutenção desses pontos desportivos (como por exemplo, limpeza, sinalização, edição de guias), estando também em estudo a forma de as mesmas contribuírem directamente para a conservação da área protegida.

5. Implicações complementares

O enquadramento das potencialidades do PNDI tem necessariamente algumas implicações que importa assinalar, nomeadamente ao nível:

- do esforço promocional e estratégia de marketing;
- da formação dos recursos humanos;
- das intervenções territoriais/ordenamento do território;

- da dinamização de pequenas empresas locais.

Estas implicações definem domínios de intervenção que, em si próprios, se constituem como condições particularmente importantes na viabilidade e exequibilidade da estratégia de valorização turística delineada.

5.1. Promoção e marketing

A afirmação de qualquer destino turístico reside, em larga medida, na estratégia promocional e de marketing que vier a ser desenvolvida pelas entidades competentes (órgãos de turismo locais, regionais ou nacionais; empresas de turismo, etc.). A cada destino turístico correspondem um certo número de singularidades em que, por definição, deve assentar a sua estratégia promocional.

Um destino turístico como o PNDI, que tenta impor-se pela qualidade e especificidade dos seus recursos (combinando uma lógica de conservação da natureza e do património histórico e cultural com o seu usufruto ordenado por todos os que desejem) deve socorrer-se de uma estratégia de promoção e marketing altamente específica.

5.1.1 Enquadramento regional e situação actual

Em termos geográfico-promocionais, o PNDI enquadra-se nas Regiões de Turismo do Nordeste Transmontano e da Serra da Estrela, que têm como atribuições gerais “a valorização turística da respectiva área, visando o aproveitamento equilibrado das potencialidades turísticas do património histórico, cultural e natural, no passo das orientações e directivas de política de turismo definida pelo Governo e nos planos anuais e plurianuais do Estado e dos Municípios” (Decreto-lei 287/91, de 9 de Agosto).

As Regiões de Turismo do Nordeste Transmontano e da Serra da Estrela constituem importante fonte de produção de material, que posteriormente é distribuído pelos diferentes Postos de Informação Turística instalados na região e em muitos deles faz-se referência ao PNDI e a algumas das suas potencialidades.

Destaca-se ainda a possibilidade de aceder, via Internet, a um site promocional, que complementa o serviço de reserva do alojamento comercializado pela Central de Reservas.

Das iniciativas promocionais desenvolvidas salienta-se, ainda, a participação em vários eventos – que, de uma forma ou de outra, constituem meios promocionais.

5.1.2. Tendências estratégicas de desenvolvimento de promoção e marketing

O esforço promocional e a estratégia de marketing turístico a implementar deve assentar numa série de equipamento e de material escrito e oral, em base papel e multimédia, de carácter informativo e promocional e de inquestionável qualidade artística, técnica e semântica.

Face a uma procura cada vez mais selectiva e exigente em termos de informação disponível, torna-se necessário apostar numa prestação eficiente ao nível dos serviços, bem como na instalação de equipamento e produção de material informativo/promocional de qualidade, quer do ponto de vista gráfico, quer do ponto de vista do conteúdo, onde a possibilidade de se obterem informações práticas e esclarecedoras constitui um aspecto de máxima importância.

Todo o material tem o dever de informar os visitantes sobre os equipamentos de apoio existentes (casas de natureza, centros de interpretação, centros de recepção,...), os produtos turísticos disponíveis, as condições do seu usufruto, os aspectos particulares relacionados com a conservação da natureza, etc.

Assim refere-se de seguida os vários elementos que se podem enquadrar nesta estratégia, a saber:

- a) Sistema coordenado de sinalização (turística e viária) que, constituindo, muitas vezes, o primeiro contacto visual influi directamente na percepção dos visitantes e deve permitir uma correcta orientação na exploração do destino. Neste domínio, a implementação de nova sinalização no PNDI (cuja primeira fase está prevista para 2001) constitui-se como vector estruturante da promoção turística e deverá ser alvo de atenção particular. Dois aspectos fundamentais devem ser realçados:
 - a coerência global do sistema de sinalização (que exige estabilidade de colaboração e protocolos com as autarquias, associações de diversa natureza e outras entidades relevantes públicas e privadas de que se devem destacar os empreendimentos hoteleiros e outros equipamentos de vocação turística);
 - a conjugação de um sistema básico de sinalética nacional com uma constante presença (por diferentes formas e com diferentes ênfases) da realidade transfronteiriça.
- b) conjunto coordenado de publicações e folhetos, globalmente concebidos e produzidos pelo PNDI e/ou por outras entidades públicas ou privadas (existentes ou que venham a constituir-se), de nível concelhio ou interconcelhio, de acordo com plano previamente desenhado e acordado pelas partes e que vá de encontro ao que aqui se estipula;
- c) Serviço coordenado de informação directa, prestado pelo PNDI (na sede e delegações), pelos organismos locais e regionais, ou outras estruturas;
- d) Para além destas vertentes deverá ser implementado um conjunto de iniciativas de promoção dentre as quais se podem destacar as seguintes:
 - divulgação dos eventos na imprensa local e regional;

- animação de espaços públicos (reconstituição de cenas da vida rural tradicional);
- organização de palestras e colóquios;
- participação em Salões e Feiras de Turismo;
- Participação em Feiras de Artesanato e Festivais Gastronómicos;
- execução de circuitos gastronómicos, artesanato e animação etnográfica;
- promoção de concursos de fotografia e pintura sobre o Mundo Rural e Conservação da Natureza.

5.2 Formação profissional

Associado à promoção e execução de toda e qualquer estratégia de valorização, designadamente do turismo, encontra-se a criação de uma capacidade de mudança e de operacionalização de intervenções, que suscita o interesse do tratamento dos recursos humanos. Assume-se, assim, que a qualidade do factor humano constitui condição indispensável no desenvolvimento de uma política coerente de turismo interno. Por outras palavras, a qualificação do factor humano, designadamente pela formação, deve, necessariamente, integrar os objectivos da estratégia desenhada para o Turismo de Natureza.

A satisfação das necessidades de formação profissional deverá passar pela implementação de um esquema, com vista à desejada qualificação profissional, que envolva todas as partes interessadas, nomeadamente os órgãos da administração local, os órgãos de turismo locais, regionais e nacionais, todas as associações que têm por missão o desenvolvimento da região, o PNDI, os responsáveis pelo sector empresarial ligado ao turismo, ou seja, todos os agentes que, directa ou indirectamente, se relacionem com o turismo.

Apesar dos esforços desenvolvidos em matéria de qualificação profissional, a situação actual revele-se, ainda, insuficiente para dar resposta às crescentes necessidades de formação. impõe-se, por isso, uma maior participação de todos os agentes turísticos e das empresas, em particular, nos esquemas de formação e reciclagem profissional. Urge, portanto, criar estímulos e apoios às empresas ou às associações profissionais que desenvolvam acções próprias de formação.

- No caso concreto de região de interferência do PNDI, não obstante todas as carências ainda existentes, conhecem-se algumas iniciativas de formação pelos Instituto de Emprego e formação Profissional de Bragança, Escola Profissional de Trancoso e o Centro de Emprego e Formação Profissional de Pinhel, que directa ou indirectamente estão relacionadas com o sector do turismo nomeadamente:

Instituto de Emprego e formação Profissional de Bragança:

- Técnicos para agências de viagens,
- Recepcionistas de hotéis,
- Turismo de descoberta.

Escola profissional de Trancoso:

- Técnico de turismo profissional e informação turística,
- Animação sociocultural,
- Jardinagem,
- Gestão agrícola,
- Comércio e marketing,
- Secretariado.
- Técnicos de energias alternativas.

Centro de Emprego e Formação Profissional de Pinhel:

- Recepcionistas de turismo

5.3. Intervenções Territoriais

A implementação de uma política coerente de valorização das potencialidades turísticas para AP traduz-se também, e necessariamente, numa componente de intervenção territorial, entendida como o conjunto de acções que têm como objectivos fundamentais melhorar as condições de utilização e fruição dos recursos de interesse turístico e garantir simultaneamente a manutenção das suas potencialidades e características enquanto recurso.

Esta componente de intervenção territorial pode revestir duas formas básicas:

- por um lado a actuação directa no terreno, traduzida genericamente em “obras” destinadas a melhorar as condições infra-estruturais, ambientais e visuais dos locais onde se situam os pólos ou locais de atracção turística, e
- por outro lado, a acção disciplinadora de usos, traduzida genericamente na adaptação de “regras” (Plano de Ordenamento, PDM’s, Carta Desportiva, etc.).

Os domínios em que podem incidir algumas das formas de intervenção referidas podem ser agrupados da seguinte forma:

- sinalização turística, que engloba todo o tipo de informações de interesse turístico contidas em suportes fixos colocados na via pública ou em locais de acesso ao público;

- infraestruturas locais de apoio incluindo, circulação, higiene e limpeza, informação, estruturas de animação, iluminação e segurança, tendo como finalidade melhorar as condições de fruição de determinados produtos e a própria imagem dos locais;
- qualificação dos recursos e da exploração, através de uma gestão cautelosa dos mesmos e dos usos do solo.

5.4 Dinamização de pequenas empresas locais

Nos objectivos da implementação de uma política coerente de valorização das potencialidades turísticas no PNDI, e como de resto nos informam os próprios objectivos do PNTN (Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98, n.º 7, j) e 1)), devem ainda considerar-se as seguintes intenções:

- incentivar a criação de micro e pequenas empresas de serviços de alimentação e bebidas e de animação turística, particularmente as iniciativas endógenas que promovam o desenvolvimento local e as relações de proximidade entre as populações e os turistas;
- incentivar o aparecimento de novas profissões e actividades na área do turismo mais aliciantes à fixação de jovens.

5.5. Operacionalização

Para além da definição de todo o Enquadramento Estratégico, com vista à valorização do produto “Turismo de Natureza” no PNDI, existe uma componente a operacional – executiva e institucional, que se revela de maior interesse.

Tal como é referido no n.º 8 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98, “para a prossecução dos objectivos do PNTN, poderá ser necessário o envolvimento de outros órgãos da administração central, regional e local, empresas, instituições privadas sem fins lucrativos, organizações não governamentais e pessoas singulares, através da celebração de contratos, acordos e protocolos de colaboração”.

A estratégia de operacionalização no PNDI deve ser posta em prática mediante a celebração e apresentação de planos de acção, elaborados por concelho, nos quais deve constar a descrição detalhada da estratégia a implementar (que deverá obedecer ao que neste EE se estipula), bem como a identificação (devidamente delimitada e de acordo com os imperativos do Plano de Ordenamento do PNDI) da área a afectar. Posteriormente, os referidos planos, serão levados a discussão, onde aliás devem participar todos os que, directa ou indirectamente, se relacionam com o segmento “Turismo de Natureza” e tenham capacidade de contribuir para a optimização dos impactes decorrentes da concretização das diversas acções.

Considera-se que o grau de sucesso das iniciativas desenvolvidas e/ou a desenvolver, no que respeita, nomeadamente, ao turismo no PNDI, dependerá, em larga medida, da criação de uma “rede de operacionalização” adequada, capaz de garantir a eficiente concretização dos objectivos do presente Enquadramento: implementação dos objectivos do Programa Nacional do Turismo de Natureza (PNTN). Urge, portanto a definição de uma rede coerente de operacionalização, que deverá integrar quer os interesses das autarquias, quer os do PNDI, quer das demais associações ou dos vários actores económicos locais, que se tocam num mesmo propósito: contribuir para o desenvolvimento (não se leia crescimento) e qualificação do produto “Turismo de Natureza” no PNDI.

Para além da elaboração de planos de acção a componente da operacionalização convoca, ainda, a necessidade de dirigir um esclarecimento, acompanhada de sensibilização, à população do PNDI, ao mesmo tempo que se apela à participação da mesma nas acções conducentes à implementação dos objectivos do PNTN.

Pela amplitude e diversidade de aspectos que recobrem, toda e qualquer acção com vista à concretização das demais oportunidades pré-identificadas deverá obedecer aos seguintes princípios:

- não comprometer os recursos existentes;
- possibilitar uma actuação escalonada no tempo, fundamentando prioridades de curto, médio e longo prazo;
- viabilizar uma atitude de flexibilidade: formulando acções de modo que a inviabilização de alguma não comprometa globalmente a estratégia e introduzindo mecanismos de avaliação sistemática no sentido de uma contínua adaptação das acções;
- compatibilizar-se e contribuir para a qualificação do modelo de ordenamento do território.

